



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

E M E N T A

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL »
AUTARQUIA » IPM-INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA» ATOS DE PESSOAL »
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ART. 6 -
PROVENTOS INTEGRAIS PARA
PROFESSORES QUE INGRESSARAM NO
SERVIÇO PÚBLICO ATÉ 31/12/2003 E QUE
SE APOSENTEM, EXCLUSIVAMENTE, COM
TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO DAS
FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. » LEGALIDADE
» CONCESSÃO DE REGISTRO AO ATO.**

ACÓRDÃO AC2 - TC -02279/19

RELATÓRIO

01. PROCESSO: TC-Nº 13816/18

02. ORIGEM: IPM-Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

03. INFORMAÇÕES SOBRE A BENEFICIÁRIA E O ATO:

03.01. NOME: DJANEIDE RAMOS DA SILVA

03.02. IDADE: 52, fls. 3 .

03.03. CARGO: Professora Da Educação Básica I

03.04. LOTAÇÃO: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa

03.05. MATRÍCULA: 28.851-2

03.06. DA APOSENTADORIA:

03.06.01. NATUREZA: aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - art. 6 - proventos integrais para professores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 e que se aposentem, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

03.06.02. FUNDAMENTO: Art. 6º, incisos I, II, III, IV da EC 41/03, c/c o §5º do art. 40 da CF/88.

03.06.03. ATO: PORTARIA Nº 246/2018, fls. 47.

03.06.04. AUTORIDADE RESPONSÁVEL: Rodrigo Ismael da Costa Macedo – então superintendente.

03.06.05. DATA DO ATO: 29 de agosto de 2019, fls. 47.

03.06.06. ÓRGÃO QUE PUBLICOU O ATO: Seminário Oficial do Município de João Pessoa.

03.06.07. DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO: 24 a 30 de julho de 2018, fls. 48.

04. RELATÓRIO DA AUDITORIA:

O Órgão Técnico deste Tribunal, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial, fls. 55/58, destacando que a mencionada aposentadoria, consubstanciada na Portaria Nº 246/2018, está sendo concedida de forma regular, devendo, portanto, seu ato receber o registro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Parecer oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.

VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de aposentadoria, formalizado pela Portaria Nº 246/2018- fls. 47, com a devida publicação no Seminário Oficial do Município de João Pessoa (24 a 30 de julho de 2018), estando correta a sua fundamentação (Art. 6º, incisos I, II, III, IV da EC 41/03, c/c o §5º do art. 40 da CF/88.), a comprovação do tempo de contribuição, bem como os cálculos dos proventos feitos pela entidade previdenciária.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC Nº 13816/18, ACORDAM os MEMBROS da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria da Senhora DJANEIDE RAMOS DA SILVA, formalizado pela Portaria Nº 246/2018 - fls. 47, supra caracterizado.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.
João Pessoa, 17 de setembro de 2019.

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO

Conselheiro Arthur Cunha Lima - Presidente da 2ª Câmara

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO

Conselheiro Nominando Diniz – Relator

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal

Assinado 18 de Setembro de 2019 às 08:05



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE

Assinado 17 de Setembro de 2019 às 14:36



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
RELATOR

Assinado 18 de Setembro de 2019 às 16:38



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO